

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.355 - PE (2019/0350335-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE** : **GRAZIELA DE SOUZA LACERDA**  
**ADVOGADOS** : **GLEDSTON MACHADO VIANA - PB010310**  
: **DAYANNE BATISTA DUARTE FREITAS - PE047918**  
**RECORRIDO** : **ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PROCURADOR** : **MARIA RAQUEL SANTOS PIRES E OUTRO(S)**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança com pedido de liminar interposto por GRAZIELA DE SOUZA LACERDA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso assim ementado (e-STJ fl. 192):

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROVIMENTO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS. LONGO CERTAME. INTIMAÇÃO PESSOAL DE CANDIDATO PARA ESCOLHA DAS SERVENTIAS. DESNECESSIDADE. DATA DIVULGADA EM DIVERSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO CANDIDATO CORRESPONDE A DESISTÊNCIA. INEXISTENTE FORÇA MAIOR. SEGURANÇA DENEGADA.

1. Preliminar de inexistência de prova pré-constituída
2. É dever do candidato acompanhar continuamente a diligenciando juntos aos canais de informação designados no edital do concurso - site da banca organizadora e o Diário de Justiça eletrônico do Estado de Pernambuco - sobre quais as próximas providências devem ser adotadas.
3. O STJ apenas excepciona essa regra geral, exigindo, por conseguinte a realização de intimação pessoal quando se há um longo transcurso de tempo - leia-se anos - entre etapas subsequentes, como pode se observar nos precedentes: AgInt no RMS 543/MG e AgInt no RMS 43.951/DF. Todavia, esta não é a hipótese do caso concreto, vez que passado somente um mês entre a suspensão do certame pelo CNJ e a nova audiência de escolha da das serventias, após a revogação da suspensão.
4. A data da audiência de escolha foi amplamente divulgada no Diário da Justiça, no site da Fundação Carlos Chagas, no site do Tribunal de Justiça e em outros meios de comunicação, incumbindo ao candidato manter-se informado.
5. A autora não demonstrou que procurou as autoridades pela organização do concurso, para justificar a sua ausência à audiência de escolha das serventias, de modo que inexistente negativa da autoridade, bem como ato coator, de modo que incabível mandado de segurança com base neste fundamento
6. SEGURANÇA DENEGADA À UNANIMIDADE.

Narra a parte recorrente que:

a) participou do certame público de Delegações de Notas e Registro do Estado de Pernambuco, Edital 1º/2012, sob o número de inscrição 001096a, cujo início ocorreu em 09 de outubro de 2012, tendo obtido êxito em todas as fases do concurso e que foi homologado em 24 de maio de 2017, com sua aprovação e classificação na 342ª colocação;

b) da data da publicação do Edital de Abertura do Concurso (09/10/2012) até a data da homologação (24/05/2017) transcorreu-se 4 (quatro) anos, 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias;

c) a demora na realização das fases do certame derivou de suspensões determinadas ora pelo TJPE, ora pelo CNJ, sendo que o último ato suspenso, determinado pelo CNJ, foi a audiência pública que seria realizada no dia 22/08/2017;

d) entre o ato de homologação do certame e o segundo ato de convocação para a audiência de escolha das serventias, transcorreu 3 meses e 22 dias.

Por fim, relata que, "para a chamada para a participação da audiência pública para a escolha das vagas das delegações, que seria realizada no dia 03/10/2017, às 08h30, o d. Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco fez publicar apenas no Diário da Justiça de Pernambuco, no dia 15/09/2017 e na empresa Organizadora do Concurso apenas na internet" (e-STJ fl.248).

Assim, defende que foi ofendido o art. 2º, § 1º, da Resolução 81/2009, porquanto não foi obedecido o prazo de 12 meses para a conclusão dos concursos para outorga de Delegações de Notas e Registro.

Sustenta, ainda, a impossibilidade de comparecimento por força maior, tendo em vista que, "no período da audiência pública, estava gestante com 06 meses e 01 semana e estava sofrendo de Hemorroida, mal sacrificante e doloroso a qual foi acometida em razão da gestação" (e-STJ fl. 252).

Alega que foi esgotada a via administrativa, ainda que posteriormente a impetração do *writ*.

Afirmando que estão presentes os requisitos da tutela de urgência, pleiteia a concessão do pedido liminar para (e-STJ fl. 254):

- que seja concedida a TUTELA DE URGÊNCIA para que a Recorrente possa escolher entre as Serventias Remanescentes e ou ora Vagas, até o julgamento final da ação;
- cancelar a audiência pública para escolha das serventias realizada no dia 03 de outubro de 2017, às 08h30, ante a ausência de notificação pessoal da recorrente bem como em razão da impossibilidade de comparecimento daquela ao ato face a enfermidade que fora acometida, caracterizando força maior, determinando a designação de nova data para audiência pública com prévia notificação pessoal da autora;
- alternativamente, que seja concedido o direito à recorrente para escolha das serventias remanescentes, "FINAL DE LISTA", já que fora aprovada regularmente, ou à escolha das serventias eventualmente vagas, ocorrida por qualquer motivo posterior ao certame;

Passo a decidir.

No Superior Tribunal de Justiça, os pedidos de urgência são cabíveis apenas para atribuir efeito suspensivo ou, eventualmente, para antecipar a tutela em recursos ou ações originárias de competência desta Corte, devendo haver a satisfação simultânea de dois requisitos, quais sejam, a verossimilhança das alegações – *fumus boni iuris*, consubstanciado na elevada probabilidade de êxito do recurso interposto ou da ação – e o perigo de lesão grave e de difícil reparação ao direito da parte – *periculum in mora*.

Na presente hipótese, em análise perfunctória dos autos, própria das tutelas de urgência, não vislumbro a presença dos referidos pressupostos.

Com efeito, os fundamentos do presente recurso ordinário não são aptos a configurar, de imediato, o direito perseguido, uma vez que se infere do acórdão impugnado que (e-STJ fl. 185):

o concurso foi homologado em 24/05/2017, como admite a impetrante. Em 24/07/2017, os candidatos foram convocados para escolha das serventias judiciais, em audiência pública, inicialmente designada para o dia 22/08/2017 (fls. 33/44). Todavia, em 15/08/2017, o CNJ, em decisão liminar, suspendeu o concurso (fls. 46/49). Em 15/09/2017, com a revogação da liminar do CNJ, o TJPE convocou os aprovados para escolha das serventias extrajudiciais em audiência a ser realizada no dia 03/10/2017 (fls. 22/32). Em 06/10/2017, publicou a ata da sessão pública, com a outorga das serventias aos seus titulares.

**Dessa forma, entre a suspensão do certame pelo CNJ, em virtude de decisão em Pedido de Providências (15/08/2017), e a designação da nova data de audiência de escolha (15/09/2017), pois revogada a decisão do CNJ, transcorreu-se apenas um mês e não um longo período como argumentando pela impetrante.**

É dever do candidato acompanhar continuamente a realização das fases do certame, diligenciando juntos aos canais de informação designados no edital do concurso — site da banca organizadora e o Diário de Justiça eletrônico do Estado de Pernambuco — sobre quais as próximas providências devem ser adotadas.

[...]

**De fato, analisando o edital do concurso (fls. 69/80), verifica-se, à luz do tópico XII, item 5, §12, que o não comparecimento, no dia, hora e local designados para a escolha das delegações implicará desistência, salvo por motivo de força maior.**

[...]

**Em nenhum momento na peça atriál, a autora demonstra que procurou as autoridades do Tribunal de Justiça, responsáveis pela organização do concurso, para justificar a sua ausência à audiência de escolha das serventias. Por consequência, não houve uma negativa do eventual direito da autora de escolher uma das serventias remanescentes.**

Ausente negativa, obviamente não há ato coator, de modo que incabível mandado de segurança com base neste fundamento específico.

**A autora teria que demonstrar a recusa da autoridade coatora e seu caráter ilegal para viabilizar o acesso à via mandamental, mas a autora não o fez. O único ato da autoridade apontado e demonstrado foi a omissão em notificá-la pessoalmente, mas que, pelos motivos já expostos neste voto, não revelam qualquer indício de abusividade. (Grifos acrescidos).**

Nesse contexto, não há como deferir a liminar pleiteada, pois as

# *Superior Tribunal de Justiça*

razões trazidas para essa finalidade não evidenciam o atendimento dos pressupostos exigíveis para sua concessão.

Assim, deve prevalecer, por enquanto, o entendimento adotado no aresto atacado.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal nos termos do art. 64, III, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator